

# O ANALÍTICO E O SINTÉTICO, O NECESSÁRIO E O POSSÍVEL, O A PRIORI E O A POSTERIORI\*

Scott Soames

Tradução de Luiz Helvécio Marques Segundo<sup>69</sup>

## PRÉVIA DO CAPÍTULO

### 1. *O contexto*

Quine e a herança dos positivistas

### 2. *O argumento da circularidade contra a distinção analítico/sintético*

Tentativa de Quine de estabelecer que a distinção é ilegítima mostrando que a analiticidade só pode ser definida em termos de conceitos que a pressupõe.

### 3. *Avaliando o argumento da circularidade*

Por que o argumento é bem-sucedido somente se adotamos as concepções dos positivistas de necessidade, aprioricidade e analiticidade.

### 4. *Uma definição alternativa de sinonímia (e, por conseguinte, de analiticidade)*

Como a sinonímia pode ser definida em termos de substitutividade em construções envolvendo atitudes proposicionais, produzindo uma concepção defensável, porém filosoficamente menos significativa de analiticidade; a resposta radical de Quine.

### 5. *A resposta a Quine de Grice e Strawson*

Crítica 1: as interpretações forte e fraca

O argumento de que a uniformidade na aplicação do analítico e do sintético demonstra que há uma distinção genuína entre os dois; *insights* e defeitos do argumento.

---

\* “The Analytic and the Synthetic, the Necessary and the Possible, the A Priori and the A Posteriori”. *Philosophical Analysis in Twentieth Century, vol. 1: The Dawn of Analysis*. Princeton University Press, 2003. Capítulo 16.

<sup>69</sup> Bolsista CAPES, doutorando pela UFSC.

Crítica 2: ceticismo sobre o significado

Por que a posição de Quine leva a um ceticismo insustentável sobre o significado.

### O contexto

Willard van Orman Quine lecionou em Harvard, primeiro como instrutor, depois como professor, de 1936 até a sua aposentadoria aos 70 anos em 1978, continuando ainda a escrever e dar conferências sobre filosofia por mais de vinte anos. Ele começou a sua vida acadêmica estudando lógica, e sua primeira grande publicação filosófica foi o conhecido artigo “Truth by Convention” publicado em 1936. No início da década de 40 ele era uma figura importante no cenário filosófico, especialmente na América. Com a publicação, em 1951, de seu celebrado artigo “Os dois dogmas do empirismo” ele se tornou o filósofo dominante na América, permanecendo até janeiro de 1970, quando Saul Kripke, que estudara com Quine como graduando em Havard, dera as três conferências em Princeton que se tornaram o *Naming and Necessity*. Mesmo após a emergência de Kripke a influência de Quine na filosofia analítica permaneceu forte por mais de vinte e cinco anos.

No capítulo 12, discutimos o argumento de Quine em “Truth by Convention”, e no volume 2 examinaremos as doutrinas céticas sobre o significado e a referência desenvolvidas em suas principais obras, *Palavra e Objeto*, publicada em 1960, e *Ontological Relativity and Others Essays*, publicada em 1969.<sup>70</sup> Neste capítulo e no próximo nos concentraremos principalmente em seu “Os dois dogmas do Empirismo”, que, dentre todos os seus artigos, foi o mais conhecido e amplamente discutido.<sup>71</sup> Nele Quine oferece uma crítica ao positivismo lógico. Ele isola aquilo que toma como sendo as ideias centrais por trás do positivismo; indica quais

---

<sup>70</sup> Quine, *Word and Object* (Cambridge, MA: MIT Press, 1960/ Trad. Brasileira: *Palavra e Objeto*, Petrópolis: Vozes, 2010); *Ontological Relativity and Other Essays* (Nova York e Londres: Columbia University Press, 1969/ Trad. Brasileira: *Relatividade Ontológica e Outros Ensaio*, in *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1975).

<sup>71</sup> Quine, “Two Dogmas of Empiricism”, *Philosophical Review* 60 (1951); reimpresso em Quine, *From a Logical Point of View* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1953, 1961, 1980/ Trad. Brasileira: *De um Ponto de Vista Lógico*, São Paulo: Editora Unesp, 2011). A menos que eu indique o contrário, as citações serão da edição de 1980.

daquelas ideias considera corretas e quais considera incorretas; e delinea brevemente as ideias centrais de uma nova perspectiva filosófica que mantém grande parte do espírito e do legado do positivismo, evitando, ele espera, seus problemas fundamentais.

Embora as ideias centrais apresentadas em “Os dois dogmas” tenham sido parte do pensamento de Quine por quase toda a década de 40, o artigo não foi publicado até 1951. Nessa época o positivismo já tinha acabado. Não obstante, muitos filósofos continuaram a acreditar que havia algo correto no positivismo que deveria ser mantido, algo que no fim poderia ter de ser rejeitado. O problema era como separar o bom do ruim, e muitos filósofos viram o artigo de Quine fazendo exatamente isso. Ao olhar agora para a história desse período, não se pode evitar em pensar que uma razão importante de “Os dois dogmas” ter se tornado tão importante e influente foi ter oferecido uma perspectiva a um grupo de filósofos precisamente num período em que eles precisavam. Ao examinar o artigo tentaremos construir essa perspectiva passo a passo.

A melhor maneira de abordar o artigo é dividi-lo em três partes. A primeira parte inclui as seções 1-4, em que Quine discute e rejeita a distinção entre frases ou afirmações analíticas e sintéticas. A segunda parte consiste na seção 5; onde ele discute as suposições centrais por trás do critério verificacionista (ou empirista) do significado, como também as por trás de uma doutrina que ele chama de *reducionismo* (essencialmente aquilo que chamamos de *teoria das construções lógicas*). Quine sugere quais dessas suposições deveriam ser mantidas, quais deveriam ser rejeitadas, e que novas suposições deveriam ser adicionadas. A parte final do artigo, a seção 6, contém um breve esboço de sua teoria do significado positiva, e de suas perspectivas sobre a natureza da ciência.

Neste capítulo trataremos da parte 1, em que Quine discute a distinção filosófica tradicional entre frases ou afirmações analíticas e sintéticas. Vimos que tanto os positivistas lógicos quanto o Wittgenstein do *Tractatus* dividiam a classe das frases, ou afirmações, dotadas de significado em duas classes – frases analíticas (ou tautologias), que supostamente são verdadeiras em virtude do significado apenas, e frases sintéticas, cuja verdade ou falsidade era concebida como dependendo não

apenas do que significam, mas também do modo com o mundo é. Como enfatizamos no capítulo 12, era crucial tanto para Wittgenstein quanto para os positivistas que a distinção entre verdades analíticas e sintéticas deveria coincidir exatamente com a distinção necessário/contingente, e com a distinção *a priori/a posteriori*. De acordo com eles, todas as verdades necessárias e *a priori* são analíticas, e é apenas porque são analíticas que são necessárias e *a priori*.

Para Wittgenstein, a fonte dessa perspectiva repousa em sua tese de que para que uma frase diga algo, para que forneça alguma informação, a sua verdade tem de excluir certos estados possíveis em que o mundo poderia estar. Uma vez que as verdades necessárias nada excluem, nada dizem, e uma vez que nada dizem sobre o modo como o mundo é, o modo como o mundo é não dá qualquer contribuição para a sua verdade. Assim, sua verdade tem de ser devido a seus significados apenas. Para os positivistas todo conhecimento acerca do mundo é dependente da observação e da experiência sensível. Segue-se que uma vez que as verdades *a priori* podem ser conhecidas independente da observação e da experiência sensível, não têm de ser sobre o mundo; e se não nos dizem algo sobre o mundo, sua verdade tem de ser devido aos seus significados apenas. Dada a suposição de fundo de que todas e apenas as verdades *a priori* são necessárias, os positivistas viam sua identificação do *a priori* com o analítico coincidindo com a identificação de Wittgenstein do necessário com o analítico.

Além disso, os positivistas insistiam num tipo de prioridade explicativa; a **razão** para a necessidade ou aprioricidade de uma frase qualquer tem de ser encontrada em sua analiticidade. Eles pensavam que simplesmente não há como explicar o que a necessidade é, como conhecemos alguma verdade como sendo necessária, ou como podemos saber algo *a priori* sem recorrer ao nosso conhecimento de que certas afirmações são verdadeiras em virtude do significado. Assim, de seu ponto de vista, seria melhor que as verdades necessárias e as *a priori* fossem analíticas, uma vez que, se não fossem analíticas, então não se poderia dar qualquer explicação delas. Ironicamente, o peso teórico que os positivistas depositaram na noção de analiticidade deixou a doutrina deles sobre a analiticidade, a necessidade e a aprioricidade vulnerável a uma crítica potencialmente devastadora. Se se

pudesse mostrar que a analiticidade não pode desempenhar o papel explicativo que eles a atribuíam, então seu comprometimento como a necessidade, com a aprioricidade, e talvez até mesmo a própria analiticidade poderia ser ameaçada. Essa foi a estratégia por trás do ataque de Quine.

No capítulo 12 examinamos aquilo que pode ser visto, pelo menos em retrospecto, como a primeira parte desse ataque. Lá esmiuçamos o raciocínio aparente por trás da tese positivista de que o conhecimento de que certas afirmações são verdadeiras em virtude do significado (ou verdadeiras por convenção) pode ser usado para explicar todo conhecimento *a priori*. Concluímos, com base num argumento tirado do “Truth by Convention” de Quine, que esse raciocínio é fundamentalmente falho, pois qualquer explicação dessas pressupõe certo conhecimento *a priori* anterior que não pode ser explicado linguisticamente. Se isso estiver correto, então os positivistas nunca foram bem-sucedidos em mostrar que a analiticidade poderia fazer o trabalho que eles consideravam tão importante. Isso em si não prova que haja algo de ilegítimo com a analiticidade, a aprioricidade, ou a necessidade. No entanto, no contexto das suposições centrais dos positivistas que conectam essas noções, seria o bastante torná-las claramente difíceis de tratar.

Seja por qual for a razão, eles demoraram a aprender a lição do “Truth by Convention”. Assim, quinze anos depois, em 1951, Quine apresentou um novo ataque, mais direto e mais amplo. Ele concordava com a premissa fundamental dos positivistas de que não há como explicar a necessidade e a aprioricidade sem se apelar à analiticidade. No entanto, ele desafiou a ideia de que qualquer distinção genuína poderia ser traçada entre o analítico e o sintético sem pressupor as próprias distinções de que necessitavam para explicar. Ele concluiu, portanto, que não há maneira de explicar e legitimar a necessidade e a aprioricidade – ou mesmo a analiticidade. Isso quer dizer que não há distinção genuína a ser traçada entre o analítico e o sintético, entre o necessário e o contingente, ou entre o *a priori* e o *a posteriori*. De fato, a ideia de que tais distinções existem é um dos “dois dogmas” que são alvos do seu artigo. O ônus das seções 1-4 do artigo é demonstrar que esse dogma deveria ser rejeitado.

### O argumento da circularidade contra a distinção analítico/sintético

Quine começa dizendo que não tentará explicar a analiticidade em termos de necessidade, uma vez que a distinção entre verdade necessária e contingente precisa tanto de explicação quanto a distinção entre o analítico e o sintético (se não mais). Poder-se-ia tentar fazer a distinção dizendo-se que uma frase analítica é uma frase que é **verdadeira em virtude do significado apenas**, ao passo que uma verdade sintética é **verdadeira em virtude dos fatos**. Mas, Quine se pergunta, o que queremos com essa conversa sobre significado? Certamente, pensa ele, não precisamos supor que há **coisas** que são os significados das frases e de outras expressões – entidades obscuras que de algum modo mediam as palavras, por um lado, e os objetos que as palavras representam, ou se aplicam, por outro. Pelo contrário, Quine sustenta que falar de significado não é falar de coisas; ao falar sobre significado queremos saber que frases e outras expressões são dotadas de significado, e quais são sinônimas uma das outras. Isso o leva a pensar que o melhor modo de dar sentido à ideia de uma frase sendo verdadeira em virtude do significado é interpretá-la como a ideia de que uma frase possa ser transformada numa verdade lógica trocando-se sinônimos por sinônimos. Uma vez que uma verdade lógica é aquela que se mostra verdadeira não importa como as palavras não lógicas sejam entendidas, segue-se que qualquer frase que satisfaça essa condição será garantida como verdadeira.

Essa interpretação também dá sentido à outra caracterização tradicional de analiticidade. Tradicionalmente, diversos filósofos fizeram a distinção entre o analítico e o sintético dizendo que uma afirmação analítica é aquela cuja negação é contraditória. Na interpretação de Quine, uma vez que uma frase analítica é aquela que pode ser transformada numa verdade lógica trocando-se sinônimos por sinônimos, é também uma frase cuja negação pode ser transformada numa falsidade lógica – *i.e.* uma frase logicamente equivalente a uma contradição simples  $A \ \& \ \neg A$  – trocando-se sinônimos por sinônimos. Assim, a interpretação de Quine de analiticidade oferece um modo plausível de entender a doutrina de que a negação de uma frase analítica é contraditória.

### DEFINIÇÃO PROPOSTA DE ANALITICIDADE

S é analítica sse (i) S for uma verdade lógica, ou (ii) S puder ser transformada numa verdade lógica trocando-se sinônimos por sinônimos.

Para que essa definição seja bem-sucedida temos de ser capazes de dar sentido a duas noções cruciais: *verdade lógica* e *sinonímia*. Quine toma a noção de uma verdade lógica como não problemática, desde que nos seja dado antecipadamente o inventário das constantes lógicas – *e.g.*, e, ou, não, pelo menos um, a condicional e a bicondicional materiais. Dado tal inventário, podemos definir as *verdades lógicas* como se segue.

### VERDADE LÓGICA

S é uma verdade lógica sse é uma instância substitucional de um esquema em que todas as instâncias substitucionais são verdadeiras.

Um esquema, como *S ou não S*, é uma fórmula construída usando-se letras esquemáticas mais as constantes lógicas. Uma instância substitucional de um esquema é uma frase que resulta da substituição das letras esquemáticas por expressões da linguagem – *e.g.*, substituir as letras esquemáticas predicativas por predicados da linguagem, e substituir as letras esquemáticas nominativas por nomes da linguagem. Exemplos de verdades lógicas, nesse sentido, são (1) e (2).<sup>72</sup>

1a. Chove ou não chove.

S ou não S

2a. Nenhum homem que não seja casado é casado.

Nenhum F que não é G é G

A outra noção necessária para dar sentido à definição proposta de analiticidade é a de sinonímia. Se a sinonímia for uma noção clara e inteligível, então poderemos

---

<sup>72</sup>Às vezes, como em (1), um pequeno ajuste de gramática é necessário se obter instâncias do esquema.

usar a sinonímia de *solteiro* com a expressão *homem que não é casado* para transformar a frase (3) numa verdade lógica da forma (2).<sup>73</sup>

3a. Nenhum solteiro é casado.

No entanto, isso funcionará apenas se a sinonímia for uma noção legítima; e Quine admitirá sua legitimidade apenas se pudermos fornecer uma definição clara e não-circular.

Isso o conduz a examinar a seguinte proposta.

### DEFINIÇÃO PROPOSTA DE SINONÍMIA

Uma expressão A é sinonímia como uma expressão B sse A puder ser substituída por B em todos os contextos (exceto em citações) sem alteração do valor de verdade.

Essa é uma definição adequada de sinonímia? A resposta de Quine é que depende de que tipo de linguagem a que a definição é aplicada – uma linguagem extensional ou uma linguagem intensional. Uma linguagem *extensional* é uma linguagem em que as expressões que referem, ou se aplicam, aos mesmos objetos podem sempre ser substituídas umas pelas outras sem alterar os valores de verdade das frases em que elas ocorrem. Exemplos de tais linguagens são a linguagem da lógica formal de Russell, as linguagens da matemática, e, em algumas abordagens, grande parte da linguagem na qual a ciência física é feita. Em contraste, uma linguagem *intensional* é uma linguagem em que a substituição das expressões que referem, ou se aplicam, aos mesmos objetos às vezes altera os valores de verdade das frases em que elas ocorrem. As linguagens naturais, como o Português, são intensionais. Consideraremos primeiro como a definição proposta de sinonímia se sai quando aplicada a uma linguagem extensional, e depois como se sai quando aplicada a linguagens intensionais.

---

<sup>73</sup> Aqui, e no que se segue, tomarei por garantido que *solteiro* é sinônimo de *homem que não é casado*, e *homem não casado*, se é que há expressões que são sinônimas. Faço isso apenas porque o exemplo é usado com frequência na bibliografia (por Quine e outros), não porque penso que não haja melhores exemplos de sinonímia. Penso que há exemplos muito melhores – e.g., *uma bola azul* é sinônimo de *uma bola que é azul*. Caso o exemplo com *solteiro* lhe parece estranho, substitua-o pelo seu favorito.

Ao aplicar a definição a uma linguagem extensional, é útil considerar os seguintes pares de expressões.

*o planeta visto no céu matutino*

*o planeta visto no céu noturno*

*Ben Franklin*  
*Estados Unidos*

*o primeiro diretor geral dos correios dos*

*é uma criatura com rins*

*é uma criatura com coração*

A descoberta astronômica mostrou que um e o mesmo planeta é visto no céu matutino (em determinado lugar e tempo) e no céu noturno (em determinado lugar e tempo). Assim, as descrições definidas singulares *o planeta visto no céu matutino* e *o planeta visto no céu noturno* são correferenciais. Numa linguagem extensional uma pode sempre ser substituída pela outra sem alteração do valor de verdade de qualquer frase. O mesmo vale para o nome *Ben Franklin* e a descrição definida singular *o primeiro diretor geral dos correios dos Estados Unidos*. Os predicados *é uma criatura com rins* e *é uma criatura com coração* ilustram outra versão do mesmo ponto. Parece ser um fato contingente da biologia toda criatura com coração ser uma criatura com rins, e vice-versa. (De qualquer modo, Quine o considera como sendo.) Portanto, os dois predicados se aplicam exatamente aos mesmos objetos. Numa linguagem extensional isso significa que um predicado pode sempre ser substituído pelo outro em qualquer frase sem afetar o valor de verdade.

Segue-se que se a definição proposta de sinonímia for aplicada a uma linguagem extensional, então todos os três pares serão classificados como pares de sinonímias, e as frases (4) e (5) serão consideradas como analíticas.

- 4a. Para qualquer objeto que seja, esse objeto é o planeta visto no céu matutino  
sse é o planeta visto no céu noturno.
- b. Qualquer descendente de Bem Franklin é um descendente do primeiro  
diretor geral dos correios dos Estados Unidos.
5. Toda criatura com coração é uma criatura com rins.

Mas esses resultados estão errados. Os defensores da analiticidade argumentariam que uma vez que a verdade de (4) e (5) são contingentes, e não necessárias, e uma vez que não podem ser conhecidas como verdadeiras simplesmente com base no conhecimento dos significados das palavras nelas contidas, não são analíticas.

Suponha, no entanto, que a definição de sinonímia aplicada a uma linguagem intensional (como o Português), e em particular a uma linguagem que contém a construção linguística (6).

6. É uma verdade necessária que...

Note que a substituição dos termos que referem ao mesmo objeto às vezes altera o valor de verdade nesse tipo de construção.

7a. É uma verdade necessária que se um planeta é visto no céu matutino, então o planeta visto no céu matutino é visto de manhã. (verdadeiro)

b. É uma verdade necessária que se um planeta é visto no céu matutino, então o planeta visto no céu noturno é visto de manhã. (falso)

Isso significa que os termos *o planeta visto no céu matutino* e *o planeta visto no céu noturno* são corretamente caracterizados como não-sinônimos pela definição proposta quando aplicada a uma linguagem que contém a construção (6). O mesmo ocorre com os outros pares de expressões que vimos.

8a. É uma verdade necessária que Ben Franklin era Ben Franklin. (verdadeiro)

b. É uma verdade necessária que Ben Franklin foi o primeiro diretor geral dos correios dos Estados Unidos. (falso)

9a. É uma verdade necessária que uma criatura com coração é uma criatura com coração. (verdadeiro)

b. É uma verdade necessária que uma criatura com coração é uma criatura com rins. (falso)

Em geral, a definição proposta de sinonímia terá a consequência de que o compartilhamento da referência (extensão) não é suficiente para a sinonímia

quando uma linguagem contiver construções como (6).<sup>74</sup> Em contraste, sinonímias genuínas como *solteiro* e *homem não casado* são substituíveis em (6) sem alteração do valor de verdade.

- 10a. É uma verdade necessária que se alguém é um solteiro, então essa pessoa é um homem não casado. (verdadeiro)
- b. É uma verdade necessária que se alguém é um homem não casado, então essa pessoa é um homem não casado. (verdadeiro)

Assim, a definição as caracteriza corretamente como sinônimos.

Quine conclui disso que a definição proposta é uma explicação adequada da sinonímia, que por sua vez nos permite definir a analiticidade, desde que a linguagem da qual estejamos falando inclua a noção de necessidade. Mas e quanto a necessidade? O que ela significa? De acordo com Quine,

- 11. É uma verdade necessária que S.

Significa apenas,

- 12. A afirmação de que S é analítica.

Mas agora andamos em círculo. Para explicar a analiticidade temos primeiro de dar sentido à sinonímia. Para dar sentido à noção de sinonímia propriamente dita temos de recorrer a uma noção de necessidade anteriormente entendida. Mas para explicar a necessidade, Quine pensa que temos de pressupor a analiticidade, o que significa que não chegamos a lugar algum. Dado qualquer um dos termos na família – *analiticidade*, *sinonímia*, *necessidade* – poderíamos definir os outros. Mas uma vez que não podemos explicar quaisquer desses termos, exceto por usar os outros, e uma vez que Quine pensa que todos eles precisam de explicação, ele conclui que todas essas noções têm de ser rejeitadas.

---

<sup>74</sup> A extensão de um termo singular é a coisa que ela denota, a extensão de um predicado é a classe das coisas às quais ele se aplica.

### Avaliando o argumento da circularidade

Começamos com a observação de que o argumento de Quine é eficaz, na melhor das hipóteses, apenas contra as posições que aceitam duas das teses fundamentais dos positivistas.

T1. Todas as verdades necessárias (e *a priori*) são analíticas. (Para todas as frases S, se S expressa uma verdade necessária (*a priori*), então S é analítica.)

T2. A analiticidade é necessária para explicar e legitimar a necessidade (e a aprioricidade).

O argumento é destinado a mostrar que nenhuma dessas posições pode estar correta, uma vez que o único modo de dar sentido à analiticidade envolve a pressuposição das próprias noções de necessidade e aprioricidade que pretendia explicar. Ao avaliar esse argumento, e compreender seu impacto, nada é mais importante do que ter em mente esse pano de fundo histórico. Muitos poucos filósofos hoje aceitariam T1 ou T2, que parecem agora decididamente antiquadas. Hoje em dia a perspectiva predominante – substancialmente derivada do *Naming and Necessity* de Kripke (que será discutido no volume 2) – é que a necessidade e a aprioricidade são, respectivamente, noções metafísica e epistemológica que podem ser sustentadas por si próprias; além do mais, embora algumas verdades sejam necessárias e *a priori*, há muitos exemplos de cada uma delas que não são exemplos umas das outras. Quanto à analiticidade, as opiniões variam; muitos hoje presumem que quando frases que contêm expressões indexicais (*e.g., eu, agora, aqui, efetivamente*) são excluídas, as verdades analíticas são um subconjunto das verdades que são necessárias e *a priori*. (As coisas se tornam mais complicadas quando os indexais são introduzidos.<sup>75</sup>) Por essas razões, a tentativa dos positivistas de explicar a necessidade e a aprioricidade em termos de analiticidade parece agora muitíssimo errada. O argumento da circularidade de Quine dificilmente se sai melhor. Uma vez que pressupõe a suposição errada dos positivistas de que a necessidade (aprioricidade) e a analiticidade fazem sentido

---

<sup>75</sup> Para uma discussão iluminante dos indexicais, veja David Kaplan, “Demonstratives”, em J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, eds., *Themes From Kaplan* (Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1989).

apenas se T1 e T2 estiverem corretas, compartilha o erro deles. No máximo, ele é bem-sucedido em colocar em causa uma concepção particular de analiticidade e um conjunto particular de teses que os positivistas e outros sustentavam.

Para que não pareça uma pequena conquista, é preciso lembrar que T1 e T2 eram bastante populares na época em que Quine escreveu. Por uma coisa, a influência dos positivistas, e dos primeiros positivistas, permaneceu forte, especialmente na América. E por outra, T1 e T2 foram também aceitas por muitos não-positivistas. Não apenas suas raízes podem ser traçadas até o *Tractatus*, mas Wittgenstein as manteve em sua filosofia tardia, incluindo as *Investigações Filosóficas*. Além do mais, a identificação da necessidade e da aprioricidade, e a crença na fonte linguística de ambas, persistiu na filosofia da linguagem comum, concentrada em Oxford do final da década de 40 até o início de 60, que foi muito influenciada pelo último Wittgenstein. Todo esse trabalho estava concentrado no alvo do argumento da circularidade de Quine. Assim, o fato de o argumento ter sido uma objeção poderosa à concepção de analiticidade então dominante, e ter sido considerado como tal, não foi uma conquista histórica pequena.

Certamente, houve respostas contemporâneas a Quine que levantaram objeções cruciais importantes. Já que a examinaremos mais adiante neste capítulo, não precisamos, a esta altura, prejudicar o quão bem-sucedido foi o seu argumento da circularidade contra os originalmente atacados. Antes de entrar nessa questão, examinarei a ideia de tentar definir a analiticidade sem presumir T1 ou T2. Que força, poder-se-ia perguntar, as considerações de Quine teriam sobre tais tentativas?

#### **Uma definição alternativa de sinonímia (e, por conseguinte, de analiticidade)**

Ao procurar por uma definição alternativa de analiticidade, podemos começar com a noção de sinonímia (numa linguagem particular). Como vimos, ao apresentar o argumento da circularidade, Quine diz que se nos for dada a noção de necessidade, podemos definir a sinonímia em termos de substitutividade, preservando o valor de verdade na construção linguística (6) – *é uma verdade necessária que...*. Em particular, Quine pensa que se pudéssemos dar sentido aos exemplos como (13), e

se algumas dessas afirmações fossem verdadeiras, então os predicados A e B contariam como sinônimos, como também seriam os termos singulares *n* e *m*.

13a. É uma verdade necessária que todos e apenas os A's são B's.

b. É uma verdade necessária que  $n = m$ .

No entanto, essa não é a nossa noção normal de sinonímia, como é indicado em (14a-b).

14a. É uma verdade necessária que todos e apenas os *triângulos equiláteros* são *triângulos equiangulares*.

b. É uma verdade necessária que  $2^{10} = 1024$ .

Embora cada uma dessas frases seja verdadeira, as expressões em itálico **não** são normalmente tomadas como significando a mesma coisa – *i.e.*, como sendo sinônimas.

Uma razão importante pela qual não tomamos essas expressões como sinônimas é que tomamos as afirmações em (14) como sendo descobertas significantes. Uma pessoa poderia saber que um triângulo fosse equilátero sem saber que fosse equiangular. Similarmente, uma pessoa poderia saber que um livro tem 1024 páginas sem saber que o número de páginas desse livro era  $2^{10}$ . O que esses exemplos mostram é que há certas expressões que podem sempre ser substituídas uma pela outra sem alterar o valor de verdade na construção (6), mas que não podem sempre ser substituídas sem alterar o valor de verdade nas construções em (15).

15. x sabe/acredita/pensa/diz que... .

Muitos filósofos sustentam que a nossa noção comum de sinonímia requer que as sinonímias sejam permutáveis não apenas em construções modais como (6), mas também em construções epistêmicas como (15). Assim, eles sustentariam que a definição proposta de sinonímia em termos de substitutividade dará resultados corretos apenas se a substituição nas construções em (15) forem incluídas. Ao serem incluídas,  $2^{10}$  e *1024* são corretamente caracterizados como não sendo sinônimos. Esses filósofos adicionariam que *solteiro* e *homem não casado* passam

no teste da substitutividade e, por isso, são corretamente caracterizados como sinônimos. A ideia é que alguém que acredite que Jones é um homem não casado, acredita por isso que ele é um solteiro, e vice-versa. Acreditar que alguém é um solteiro não requer qualquer inferência; é nada mais do que acreditar que ele é um homem não casado.

De acordo com essa perspectiva, a noção de sinonímia que Quine define em termos de necessidade é uma noção diferente e mais fraca do que a nossa noção comum de sinonímia, que pode ser definida em termos de substitutividade nas construções em (15). Quando a definição de sinonímia é entendida desse modo, ela faz um bom trabalho de capturar a nossa noção de mesmo significado sem pressupor qualquer coisa sobre a necessidade. Assim, se uma frase analítica continua a ser definida como uma frase que pode ser transformada numa verdade lógica trocando sinônimos por sinônimos, então temos uma definição de analiticidade que não pressupõe a necessidade, e escapa, portanto, do argumento da circularidade de Quine.

Com certeza, a concepção de analiticidade que resulta da nova definição é muito mais estrita do que a dos positivistas. Do meu ponto de vista, o melhor modo de entendê-la é vê-la como deixando de lado as teses T1 e T2 que eram bases comuns tanto para Quine quanto para os filósofos que ele estava a criticar. Por exemplo, de acordo com essa definição, poucas verdades necessárias *a priori* da aritmética acabariam sendo classificadas como analíticas. O mesmo vale para teses filosóficas, mesmo quando são verdadeiras. Isso é importante para certa concepção da filosofia. Muitos positivistas lógicos, assim como outros filósofos analíticos da época de Quine, pensavam que uma vez que as teses filosóficas não são empíricas, têm de ser analíticas, caso sejam verdadeiras. O trabalho do filósofo era concebido como consistindo em desenterrar verdades analíticas escondidas, embora significantes, usando o método da análise linguística ou conceitual. Se a analiticidade se mostrar muito mais estrita do que originalmente concebida, então essa concepção de filosofia é indefensável. Assim, se algo como a posição modificada sobre a analiticidade que acaba de ser delineada for a posição a qual os defensores da analiticidade são forçados a adotar frente ao argumento de Quine,

então tem-se de considerar seu argumento como tendo sido substancialmente bem-sucedido – muito embora ele possa ter errado ao pensar que não há uma distinção de todo a ser traçada entre o analítico e o sintético.

No entanto, o próprio Quine não ficou contente com essa vitória limitada. Em “Os dois dogmas do empirismo” ele não discute a estratégia de definir a sinonímia em termos de substitutividade em outras construções além de *é uma verdade necessária que*. No entanto, ele discute essa possibilidade dezenove anos depois em seu livro *Filosofia da Lógica*, publicado em 1970, onde ele discute os exemplos (16) e (17).<sup>76</sup>

16. Necessariamente cordados são cordados.

17. Tom pensa que cordados são cordados.

Ao discutir esses exemplos, Quine usa *cordado* como uma abreviação para *criatura com coração* e *renado* como abreviação para *criatura com rins*. Supostamente é uma verdade da biologia que todas e apenas as criaturas com coração são criaturas com rins, de modo que as duas expressões, *cordado* e *renado*, supostamente se aplicam às mesmas coisas, sem, com certeza, serem sinônimas. É engraçado que Quine indique que *cordado* é a abreviação para *criatura com coração*. O que ele quer dizer, com certeza – embora não o diga – é que como ele usa esses termos, eles são **sinônimos**. Mas se isso é o que ele quis dizer, então tem de haver, afinal, tal coisa como a sinonímia. Assim, o seu próprio exemplo parece pressupor a posição a qual ele usa como exemplo para argumentar contra.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Willard Van Orman Quine, *The Philosophy of Logic* (Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1970/ Trad. Brasileira: *Filosofia da Lógica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972), pp. 8-10.

<sup>77</sup> Quine inadvertidamente permitiu que a mesma pressuposição se infiltrasse na seção 2 de “Dois Dogmas”. A seção trata da noção de definição, e o principal ponto de Quine é que uma vez que as definições mais familiares – *e.g.*, as definições de dicionário e as *explicações* do filósofo – ou reportam, ou dependem da crença em instâncias pré-existentes de sinonímia, uma tentativa de definir uma verdade analítica como sendo uma que, em virtude das definições de suas palavras, é equivalente a uma verdade lógica não evitaria de repousar na noção problemática de sinonímia. Contudo, num estágio dessa discussão, Quine nota uma exceção à ideia de que as definições repousam numa crença nas instâncias pré-existentes de sinonímia. Nas pp. 25-26 ele diz:

Permanece, contudo, um tipo extremo de definição que não remete de modo algum a sinonímias anteriores: a saber, a introdução explicitamente convencional de novas notações para propósitos meramente abreviativos. Assim, o *definiendum* se torna sinônimo do *definiens* porque foi criado especialmente para o propósito de ser sinônimo do *definiens*. Temos aqui um caso realmente transparente de sinonímia criado por definição; quem dera todas as espécies de sinonímia fossem assim inteligíveis.

Seja como for, após apontar como a substituição do termo *renado* por uma das ocorrências do termo *cordado* em (16) alteraria o valor de verdade, Quine diz o seguinte:

De fato outros exemplos poderiam ser citados. O exemplo [17] serve tão bem quanto o [16], uma vez que Tom poderia **não** pensar que todos os cordados são renados, embora ainda reconhecesse que todos os cordados têm coração.<sup>78</sup>

O que Quine está dizendo aqui é que no caso de (17), como no caso de (16), a substituição de *renados* por uma das ocorrências de *cordados* pode mudar o valor de verdade – o que significa que poderíamos definir sinonímia em termos de substitutividade em (17), como oposto a (16), e ainda obter o resultado desejado de que *cordado* e *renado* não são sinônimos. Mas depois Quine continua a dizer o seguinte:

E [17] tem a vantagem de repousar numa linguagem mais inocente que [16], com seu imaginado sentido de necessidade. Porém, inocência é uma coisa, clareza é outra. A expressão *pensa* em [17], apesar de comum, é herdeira de todas as obscuridades da noção de sinonímia [...] e mais.<sup>79</sup>

Diante disso, essa passagem parece ser uma *reductio ad absurdum* da posição de Quine. Ele diz que *pensa*, e presumivelmente outros verbos como *acredita* e *sabe*, têm a obscuridade da sinonímia e da necessidade **e mais**. Mas ele rejeita as noções de sinonímia e necessidade porque são obscuras. Se as noções de pensar, acreditar

---

Embora o ponto principal aqui esteja de fato livre de objeção a alguém que acredite na sinonímia, Quine aqui parece ter se esquecido que a questão que é central a seu argumento geral não é como as sinonímias são criadas, mas se a noção de sinonímia – *i.e.*, o mesmo significado – faz sentido. A sua posição é que não. Mas se não, então conceder que sinônimos explicitamente estipulados são genuinamente sinônimos é dizer algo inconsistente com a sua conclusão geral. É dizer, penso, que ainda que a dedicação de Quine ao seu propósito argumentativo negativo mais amplo não foi suficiente para evitar que a verdade negada reaparecesse.

<sup>78</sup> *The Philosophy of Logic*, p. 9. Note a substituição implícita aqui. Na frase final da passagem Tom é descrito como (i) não acreditando que todos os cordados são renados embora (ii) acredite que todos os cordados tenham coração – *i.e.*, que todos os cordados são criaturas com coração. Quine considera que isso mostra como a substituição em (17), *Tom acredita que cordados são cordados*, pode mudar o valor de verdade. Isso tudo faz sentido somente se Quine supuser que acreditar que todos os cordados são criaturas com coração é acreditar que todos os cordados são cordados, o que, por sua vez, depende da sua suposição que *criatura com coração* é sinônimo de *cordado*. Novamente, a discussão de Quine pressupõe a sinonímia ao mesmo tempo em que a despreza.

<sup>79</sup> *The Philosophy of Logic*, p. 9.

e saber são ainda mais obscuras, então, pelo mesmo raciocínio, deveriam também ser rejeitadas. Mas, de acordo com Quine, disso se seguiria que quando dizemos que alguém pensa, acredita ou sabe que tal e tal, estaríamos a dizer algo incorreto, ininteligível e certamente não verdadeiro. Se essa é a sua posição, então certamente é absurda.

Há razões para pensar que essa era a posição de Quine. No período entre a publicação de “Os dois dogmas” e a publicação de *Filosofia da Lógica*, Quine produziu seu livro mais notável e influente, *Palavra e Objeto*, publicado em 1960.<sup>80</sup> Nessa obra ele desenvolveu um argumento independente, baseado numa doutrina chamada de *Indeterminação da Tradução*, que leva à conclusão de que não há tal coisa como significado, referência, ou crença no sentido que comumente entendemos essas noções. A implicação da conclusão de Quine é que na medida em que estamos interessados em descrever acuradamente a realidade, as nossas noções de significado, referência e crença têm de ser substituídas por substitutos comportamentais drasticamente mais fracos e limpos. No volume 2 discutirei essas conclusões em detalhe, e explicarei por que são mal motivadas e em última instância autoderrotantes. Por agora, simplesmente noto que ao discutir a possibilidade de se definir a analiticidade e a sinonímia em termos de substituição em contextos de crença, Quine parecia, em 1970, estar completamente sob a influência dessas conclusões radicais e, por essa razão, disposto ao que de outro modo pareceria ir longe demais para rejeitar qualquer tentativa de definir sinonímia e, por conseguinte, analiticidade em termos de crença.

É uma pena que Quine estivesse disposto a extrapolar, pois há algo que poderia ser feito a seu favor e que não é preciso ir tão longe. Considere (18) e (19).

18. Jones é um homem não casado.

19. Jones é solteiro.

Certamente, é concebível que se poderia mostrar essas duas frases a alguém, perguntando-lhe se ele acredita no que elas dizem, e receber dele como resposta que ele acredita em (18) mas não em (19). Mas então, poder-se-ia perguntar, como

---

<sup>80</sup> Quine, *Word and Object*.

pode a substituição na construção *x acredita que...* ser um teste adequado para a sinonímia? Muitos filósofos responderiam essa pergunta distinguindo entre *dar assentimento sincero a uma frase*, por um lado, e *acreditar naquilo que a frase expressa*, por outro. Por exemplo, se eu perguntasse a Manuel, um falante monolíngue do Espanhol, se ele acredita no que é dito pela frase *A terra é redonda*, ele não saberia se responderia *sim* ou *não*, uma vez que não saberia o que essa frase em português significa. Contudo, provavelmente seria correto descrever Manuel como acreditando que a terra é redonda, especialmente se ele aceitasse a frase correspondente no Espanhol. Consequentemente, o fato de alguém não dar assentimento à frase S nem sempre mostra que esse alguém não acredita naquilo que a frase expressa. Alguém pode acreditar no que S expressa, e mesmo assim não dar assentimento a S porque não sabe o que S significa.

Muitos defensores da sinonímia aplicariam um raciocínio similar a (18) e (19). Eles diriam que qualquer um que dê assentimento a (18) mas não a (19) mostraria com isso que ou não entende a expressão *homem não casado* ou que não entende *solteiro*, ou que não entende ambas. Mas se ele não entende o significado dessas expressões, então seu assentimento ou dissentimento não será um indicador fiável do que ele de fato acredita. Em particular, se ele dá assentimento a (18), entende o que ela significa, então ele de fato acredita que Jones é um homem não casado. E se ele acredita nisso, por conseguinte acredita que Jones é um solteiro, entenda ele a palavra *solteiro* e dê assentimento a (19) ou não.

É assim que muitos defensores da sinonímia argumentariam. Duas coisas sobre essa posição precisam ser notadas. Primeiro, essa defesa que usa a substitutividade nas construções que envolvem crença para definir a sinonímia depende de se presumir que haja uma distinção genuína a ser feita entre **não aceitar uma frase devido a não se entender o que ele significa** e **não aceitar uma frase devido a não se acreditar no que ela diz**. Embora eu pense que seja razoável presumir que haja tal distinção, Quine a rejeitaria se pressionado, acredito. (Tanto pior para Quine.) Segundo, essa defesa que usa a substituição em construções que envolvem crença para definir sinonímia funcionará, e nos dará os resultados que queremos – como o resultado de que *solteiro* e *homem não casado* são sinônimos –

apenas se estivermos certos de que alguém que acredita que Jones é um homem não casado acredita que Jones é um solteiro (mesmo uma pessoa que aceite a frase (18) e rejeite a frase (19)). Mas se nos perguntarmos por que estamos tão certos de que isso é assim, é difícil resistir à seguinte resposta: uma vez que (18) e (19) significam a mesma coisa, alguém que acredita naquilo que uma delas expressa tem de acreditar naquilo que a outra expressa – nesse caso, alguém que acredita que Jones é um homem não casado tem de acreditar que Jones é um solteiro, seja lá o que ele diga. Mas se isso é de fato a nossa razão para pensar que *solteiro* é sempre substituível por *homem não casado* sem alteração do valor de verdade nas construções que envolvem crença, então a nossa definição de sinonímia em termos de substitutividade em tais contextos, pressuporá uma apreensão e uma aplicação anteriores da própria noção que supostamente estamos a definir – o mesmo significado. Assim, pareceria que há um tipo de círculo aqui afinal, ainda que não seja o que Quine estava interessado.

O que deveríamos concluir disso? A conclusão a ser tirada é que as nossas noções de *crença*, *conhecimento*, *asserção*, *o que algo diz*, *significado*, *o que uma frase significa ou diz*, e *o que uma expressão significa* são interdependentes. As verdades sobre cada uma dessas noções estão ligadas com as verdades sobre as outras. Perguntas, falta de clareza, ou indeterminações envolvendo quaisquer dessas noções traduzem-se em perguntas, falta de clareza e indeterminações sobre as outras. Todas as noções são genuínas e inteligíveis, mas nem a família de atitudes proposicionais – *crença*, *conhecimento*, *asserção*, *o que alguém diz* – e nem a família semântica – *significado*, *o que uma frase significa ou diz*, *o que uma expressão significa* – é conceitualmente anterior a outra. Para cada noção há uma distinção genuína entre casos que definidamente se enquadram a ela e casos que definidamente não se enquadram. Além disso, para cada noção há casos em que é duvidoso, ou até mesmo indeterminado, se a noção se aplica. Assim, se definirmos analiticidade em termos de sinonímia, e se relacionamos a sinonímia a noções como crença, então haverá sempre algumas frases que definidamente contam como analíticas, algumas que definidamente não são analíticas, e algumas em que é duvidoso ou mesmo indeterminado se são analíticas. Com certeza, ao dizer isso, fui além tanto do argumento explícito de Quine e do que ele aceitaria. Não obstante, é

a isso que o famoso argumento da circularidade de Quine na primeira das quatro seções de “Os dois dogmas” naturalmente leva, uma vez divorciado das suposições de fundo, T1 e T2, que Quine compartilhava com os positivistas.

### Resposta a Quine de Paul Grice e Peter Strawson

A resposta crítica a Quine que acabei de delinear não foi dada no período após a publicação de “Os dois dogmas”, em grande parte, suspeito, porque exigiria abandonar as teses T1 e T2, que naquela altura eram aceitas tanto por Quine quanto por seus oponentes. Além do mais, adotar essa crítica teria significado aceitar uma concepção bastante reduzida de analiticidade, tanto quanto abandonar a concepção de filosofia como análise puramente linguística visando a descoberta de verdades analíticas significantes e iluminantes. A maioria dos oponentes de Quine naquela altura estava comprometida demais com essa concepção de filosofia para abandoná-la. Por essa razão, eles não compreenderiam as críticas mais eficazes que pudessem ser feitas aos seus argumentos.

Não obstante, algumas respostas críticas contemporâneas interessantes e impressionantes foram dadas. Duas em particular distinguem-se por levantar questões das quais há algo importante a se aprender. Ambas foram dadas num artigo de Paul Grice e Peter Strawson chamado “In Defense of a Dogma”, publicado em 1956.<sup>81</sup> A primeira crítica começa com uma tentativa de clarificar qual é de fato a posição de Quine. No primeiro parágrafo de “Os dois dogmas” Quine anuncia que a *“crença numa separação fundamental entre verdades que são analíticas, ou fundadas nos significados independentemente das questões de fato, e verdades que são sintéticas, ou fundadas nos fatos”*, é um dogma sem bases que deveria ser abandonado.<sup>82</sup> No final da seção 4 ele conclui seu argumento contra a distinção dizendo: *“Mas apesar da sua razoabilidade a priori, uma fronteira entre afirmações analíticas e sintéticas simplesmente não foi traçada. Que haja tal distinção a ser*

---

<sup>81</sup> H. P. Grice e P. F. Strawson, “In Defense of a Dogma”, *Philosophical Review* 65 (1965), reimpresso em James F. Harris, Jr. e Richard H. Severens, eds., *Analyticity* (Chicago: Quadrangle Books, 1970). Outra importante crítica que incentivou Quine a desenvolver as teses apresentadas em *Word and Object* se encontra em Rudolph Carnap, “Meaning and Synonymy in Natural Languages”, Appendix D, segunda edição de *Meaning and Necessity* (Chicago: University of Chicago Press, 1956). Isso é considerado no volume 2.

<sup>82</sup> “Two Dogmas of Empiricism”, p. 20.

*traçada de todo em todo é um dogma não empírico dos empiristas, uma artigo de fé metafísico.*<sup>83</sup> O que é dizer que a ideia de que há uma distinção entre afirmações analíticas e sintéticas não possui bases, e que essa distinção deveria ser abandonada? Qual é precisamente a conclusão de Quine? Grice e Strawson mostram que se pode dar a ela tanto uma interpretação forte quanto uma interpretação fraca.

### ***Crítica 1: As interpretações Forte e Fraca***

De acordo com a interpretação forte, o que Quine afirma é que **não** há distinção entre afirmações analíticas e sintéticas – *i.e.*, nenhuma diferença de todo em todo entre a classe de afirmações a qual os filósofos afixam a etiqueta *analítico* e a classe de afirmações a qual eles afixaram a etiqueta *sintético* (talvez porque não haja realmente afirmações analíticas ou sintéticas). Justamente por isso não há distinção entre expressões sinônimas e não-sinônimas – *i.e.*, não há diferença de todo entre pares de expressões que se diz terem o mesmo significado e pares de expressões que se diz terem significados diferentes. Similarmente, não há distinção entre verdades necessárias e contingentes. De acordo com a interpretação fraca, Quine não está a negar que essas distinções existam. Ao invés, seu ponto é que embora haja diferenças genuínas indicadas por essas distinções, a natureza dessas diferenças e, por conseguinte, das razões para se fazer as distinções, foram mal compreendidas pelos filósofos que falavam delas. De acordo com essa interpretação, **há** um tipo de diferença entre as afirmações que foram caracterizadas como *analíticas* e as que foram caracterizadas como *sintéticas*, mas que os filósofos descreveram mal.

Tendo distinguido essas duas interpretações, Grice e Strawson continuam a argumentar que a perspectiva expressa pela interpretação forte é falsa. Há certamente, eles dizem, uma diferença entre frases ou afirmações analíticas e sintéticas, como também uma diferença entre expressões sinônimas e não-sinônimas. A existência dessas diferenças é exibida pelo fato de que, em cada caso, há uma prática estabelecida caracterizada pelo amplo acordo sobre que exemplos pertencem a uma categoria e quais pertencem a outra. Tome a distinção

---

<sup>83</sup> Ibid., p. 37.

analítico/sintético, por exemplo. Há um amplo acordo de que *Solteiro são não casados*, *Triângulos têm três lados*, *Chove ou não chove*, e *Se Sam deu um relógio a Maria, então Sam deu a Maria um relógio*, pertencem a uma classe, ao passo que *O livro está em cima da mesa*, *Chove em Seattle*, *Há pessoas na sala*, e *Tenho uma mão* pertencem à outra. Além do mais, e isto é crucial, as frases atribuídas às duas classes não formam uma lista fechada. Ao invés, diferentes pessoas familiares com a distinção classificam novas frases aproximadamente da mesma maneira – muito embora possam nunca ter encontrado esses exemplos particulares antes, e certamente não terem dito se são analíticas ou não ao terem aprendido a distinção. Isso mostra que ao aprender a distinção analítico/sintético, as pessoas não memorizam simplesmente uma pequena lista de frases a que os filósofos afixaram etiquetas arbitrárias. Ao invés, adquirem uma habilidade genuína – aproximadamente a mesma para cada pessoa – que as permite diferenciar dois tipos diferentes de frases dada uma lista aberta de novos exemplos.

De acordo com Grice e Strawson, esse fato – de que diferentes pessoas fazem notadamente discriminações similares – precisa de explicação. Certamente, argumentam, a explicação natural é que algumas características das próprias frases têm de trazer à tona juízos similares da parte de diferentes agentes. Algumas características comuns às frases que os agentes classificam como sintéticas têm de ser responsáveis pelo fato de que diferentes agentes as classificam do mesmo modo, e as outras características, comuns às frases que os agentes classificam como analíticas, têm de ser responsáveis pelo fato de que diferentes agentes concordem em agrupá-las conjuntamente. Assim, é errado afirmar que **não** há distinção entre essas duas classes de frases ou afirmações – *i.e.*, entre as afirmações que os filósofos chamam *analíticas* e as que chamam *sintéticas*. Podem muito bem haver sérias questões sobre qual é exatamente a distinção, e como deve ser descrita. No entanto, sem dúvida alguma há uma distinção a ser feita, sustentam Grice e Strawson. Assim, a perspectiva expressa pela interpretação forte da conclusão de Quine é falsa.

Façamos uma pausa por um momento para avaliar esse argumento antes de prosseguir no exame do que Grice e Strawson têm a dizer sobre a interpretação

fraca da conclusão de Quine. O argumento repousa no suposto fato de que as frases classificadas pelos filósofos como analíticas são uma coleção mais ou menos homogênea que seria reconhecida virtualmente por qualquer um que a que se tivesse uma introdução rudimentar à distinção. Sendo filósofos, Grice e Strawson não fizeram qualquer pesquisa empírica para validade essa tese. Ao invés, presumiram simplesmente que sua observação estava além de qualquer dúvida. Embora possa muito bem haver um grão de verdade na suposição deles, há uma razão para se pensar que essas questões são mais complicadas do que eles pensavam.

Quanto ao grão verdade, se começarmos com duas listas – uma consistindo de **verdades necessárias simples, é óbvio que são também conhecíveis *a priori***, e a outra de **verdades contingentes simples e óbvias que só são conhecíveis *a posteriori*** - e então apresentarmos novos exemplos de frases aleatoriamente tiradas de ambas as categorias às pessoas, suspeito que seja bastante provável que encontremos um grau considerável de acordo na classificação dos novos exemplos. É também verdadeiro que esse resultado apoiaria a tese de que há uma distinção a ser traçada entre as afirmações agrupadas numa classe pelos falantes e as afirmações agrupadas na outra. Se, enquanto filósofo, você simplesmente tomar por garantido que o necessário, o *a priori*, e o analítico são um e o mesmo, e para serem contrastados como o contingente, o *a posteriori*, e o sintético, que são também um e o mesmo, então você poderia naturalmente tomar essas observações como fornecendo apoio à sua tese de que tem de haver uma distinção a ser traçada entre o analítico e o sintético.

No entanto, há duas sérias restrições que limitam fortemente a força desse argumento. Primeiro, como repetidamente tenho mostrado, essas identificações – do necessário, do *a priori* e do analítico, por um lado, e do contingente, do *a posteriori* e do sintético, por outro – não são nem inevitáveis, e por fim, nem mesmo natural. Ao invés, eram artefatos paroquiais de um período particular na filosofia analítica. Da perspectiva de hoje em dia, podemos ver que nem todas as verdades necessárias são *a priori*, nem todas as verdades *a priori* são necessárias, e nem todos os membros de ambas as classes são assim transparentes. Em muitos

casos é preciso análise e argumentos cuidadosos para se chegar à classificação correta. Por essas razões, simplesmente **não** se espera que os falantes comuns, dadas apenas introduções rudimentares da distinção necessário/contingente, e da distinção *a priori/a posteriori*, e oferecidos novos exemplos aleatoriamente selecionados das quatro categorias resultantes, classificasse-as com altos graus de exatidão e uniformidade.

Segundo, há limites àquilo que pode ser concluído mesmo do teste experimental mais cuidadoso das uniformidades nos juízos dos falantes do tipo que Grice e Strawson imaginam. Suponha que P é alguma palavra ou expressão de uso comum, e que um teste do estilo de Grice e Strawson de uniformidade nos juízos do falante revelou que os falantes aplicam P de modo fiável a novos casos aleatoriamente selecionados de maneira bastante uniforme. Isso mostraria (i) que há uma distinção genuína entre objetos aos quais os falantes aplicariam P e objetos aos quais não aplicariam, e, por conseguinte, (ii) que há propriedades que os objetos possuem na primeira classe que os distinguem dos objetos na segunda classe. No entanto, a uniformidade dos juízos do falante não mostraria sempre (iii) que essas propriedades constituem o significado de P, (iv) que P se aplica de fato aos objetos que os falantes chamam de P, ou (v) que a frase ***Há P's é verdadeira***. Para ver isso, imagine que P é o predicado *é uma bruxa*, que os falantes numa certa comunidade aplicam esse predicado de modo fiável a certos tipos de mulheres e não a outras, e que é parte da definição de *bruxa* que ser uma é ser uma mulher cujo pacto com o Demônio dá-lhe poderes sobrenaturais. Embora de acordo com essa interpretação não há bruxas de fato, há uma distinção genuína entre indivíduos aos quais os falantes aplicariam a palavra (talvez por causa de alguma vocalização ou comportamento que pareça suspeito) e indivíduos aos quais não aplicariam. Pelo mesmo raciocínio, o quiniano poderia dizer que o mero fato de haver uniformidade nos modos pelos quais os falantes aplicam termos como *analítico* e *necessário* a novos casos (supondo que isso poderia ser estabelecido) não mostra que haja quaisquer verdades analíticas ou necessárias, ou que haja qualquer distinção genuína entre o analítico e o sintético, ou o necessário e o contingente – ainda que haja uma distinção entre frases que os falantes chamariam *analíticas* e frases que

chamariam *sintéticas*, ou frases que eles chamariam *necessárias* vs. frases que chamariam *contingentes*.<sup>84</sup>

Essa resposta quiniana está correta nesse aspecto; no entanto, não é a última palavra. Um fator crucial no exemplo da *bruxa* é que a estipulação de que para ser uma bruxa uma mulher tem de satisfazer uma condição que ninguém de fato satisfaz. É apenas porque os falantes têm crenças falsas, que são aceitas como definicionais, que a distinção genuína entre mulheres que são chamadas de *bruxas* pelos falantes e mulheres que não são se traduz numa distinção genuína entre bruxas e não-bruxas. Para aplicar o mesmo raciocínio ao *analítico*, o quiniano teria de mostrar que os falantes têm crenças similarmente falsas, que são propriamente consideradas como definicionais de *analítico*; e o argumento da circularidade não faz isso – a menos que seja construído no caso de os falantes aceitarem as teses filosóficas T1 e T2, o que é bastante improvável a menos que sejam filósofos profissionais.<sup>85</sup> O desfecho de tudo isso é que nem Quine e nem seus críticos, Grice e Strawson, são completamente bem sucedidos. O argumento da circularidade não estabelece que não haja distinção analítico/sintético, e nem quaisquer crenças falsas sobre a analiticidade (à parte de T1 e T2). O argumento de Grice e Strawson sobre a uniformidade da aplicação do falante estabelece no máximo a suposição de que há alguma distinção a se fazer, mas não exclui a possibilidade de que possa não haver verdades analíticas. Com T1 e T2 fora de jogo simplesmente nada havia para se extrair desse argumento por si próprio.

Isso nos deixa com uma avaliação mista do argumento de Grice e Strawson contra perspectiva expressa pela interpretação forte da conclusão de Quine. Por um lado, o argumento deles da classificação uniforme de uma lista aberta de exemplos é falho por não notar as complicações que lhes eram invisíveis devido a compartilharem as pressuposições problemáticas de Quine, e por não perceber completamente as complicações do passo da classificação uniforme envolvendo um par de termos à existência de uma distinção genuína indicada por esses termos. Por outro lado, pode muito bem ser possível construir versões restritas do

---

<sup>84</sup> Essa é, essencialmente, a resposta de Gil Harman ao argumento de Grice e Strawson. Agradeço a Jeff Speaks pela profícua discussão sobre isso.

<sup>85</sup> Além disso, o quiniano teria de explicar como, de acordo com a sua posição extrema, algo pode ser definicional de algo mais.

argumento deles que conferem um grau de apoio à tese de que há uma distinção a ser feita entre o necessário *a priori* e o contingente *a posteriori*, e uma distinção diferente entre expressões sinônimas e não-sinônimas.<sup>86</sup> Se pudermos fazer isso para apoiar a ideia de que há uma distinção genuína entre o analítico e o sintético, tudo vai depender de como a analiticidade é definida, e do que ela é usada para explicar. Grice e Strawson não nos ajudam com isso.

Com esse veredito sobre o argumento deles contra a interpretação forte da conclusão de Quine sob nossa inspeção, podemos passar para o que eles dizem sobre a interpretação fraca de sua conclusão. De acordo com essa interpretação, **há** uma distinção entre o analítico e o sintético, o necessário e o contingente, e o sinônimo e o não-sinônimo, mas foram amplamente mal interpretadas e descritas. De acordo com a interpretação fraca, esse era o objetivo de Quine. No entanto, se era esse seu objetivo, então Grice e Strawson perguntam, *O que exatamente está errado como os modos pelos quais os outros filósofos entenderam e descreveram essas distinções?* É errado, de acordo com a interpretação fraca, sustentar que as verdades analíticas se reduzem a verdades lógicas pela troca de sinonímias por sinonímias? Sustentar que são é, com certeza, apelar à noção de sinonímia. Mas, de acordo com a interpretação fraca, está tudo bem, pois, de acordo com essa interpretação, há uma distinção genuína entre expressões que são sinônimas e expressões que não são. Concedido isso, poderíamos querer ter uma compreensão mais completa e exata da sinonímia, da necessidade, da analiticidade, mas isso é outra questão.

Grice e Strawson concluem que, de acordo com a interpretação fraca de Quine, o máximo que ele mostrou com o argumento da circularidade é que essas noções formam uma família de noções interdefiníveis. Se ele estiver correto sobre isso, então não é errado dizer que as verdades analíticas se reduzem a verdades lógicas trocando-se sinonímias por sinonímias; não é errado dizer que a sinonímia é definível em termos da necessidade; e assim por diante. Ao invés, todas essas afirmações são verdadeiras. Assim, se admitirmos que todas essas distinções

---

<sup>86</sup> Mesmo no caso de sinônimos e não-sinônimos há razão para pensar que a distinção não é inteiramente transparente aos falantes comuns. Veja o capítulo 3 do meu *Beyond Rigidity* (Nova York: Oxford University Press, 2002).

existem, e que é apenas uma questão de corrigir as afirmações falsas que os filósofos têm feito sobre as distinções, então temos também de concluir que o argumento da interdefinibilidade de Quine nas seções 1-4 não identifica tais afirmações. Essa é a lição que Grice e Strawson tiraram da interpretação fraca.

Novamente, embora tenham um objetivo, é preciso qualificá-lo. Certamente que mostrar que um conjunto de noções é interdefinível não é, em geral, mostrar que essas noções sejam questionáveis. Nem é mostrar que foram descritos ou entendidos de maneira errada, a menos que uma dessas noções tenha sido tomada como conceitualmente anterior às outras, e consideradas como constituindo a base para endente-las. No entanto, é assim que a analiticidade foi tratada, não só pelos positivistas, mas pelos filósofos da linguagem comum, a qual Grice e Strawson estavam ligados. Uma vez que foi esse o alvo de Quine, seu argumento da interdefinibilidade era o objetivo.

Reiterando, o máximo que se pode dizer do argumento da interdefinibilidade é que ele mostra que a conjunção de T1 e T2 é falsa – não é o caso que todas as verdades necessárias (e *a priori*) são analíticas e que a analiticidade pode ser usada para explicar e legitimar a necessidade (e a aprioricidade). Naturalmente, se não se aceitar T1 e T2 desde o início – como muitos filósofos agora não fazem – não se concluirá que o argumento de Quine estabelece que não há distinção analítico/sintético, e nem que estabelece que as outras distinções não existam. Pode-se conceder, no entanto, que ele mostra que certa concepção da relação entre o analítico, a necessidade e a aprioricidade é incoerente. Embora esse resultado seja muito menos ambicioso do que o que Quine estabeleceu a si mesmo, não é pouca coisa. A razão pela qual Grice e Strawson erraram é que eles compartilhavam (erradamente) as suposições problemáticas dele, T1 e T2, embora continuassem (corretamente) convencidos de que há de fato algumas verdades necessárias, algumas verdades *a priori*, e algumas expressões sinônimas.

### ***Crítica 2: Ceticismo sobre o Significado***

A segunda crítica que Grice e Strawson fazem ao argumento da circularidade se foca no significado e na sinonímia ao invés da analiticidade e da necessidade. O

ponto deles é que o ceticismo de Quine sobre a sinonímia conduz diretamente a um ceticismo absurdo sobre o significado em geral. A esta altura, parece-me, a crítica deles além de precisa, foi historicamente profética. Eles argumentaram que é absurdo rejeitar a noção de sinonímia como ininteligível porque isso exigiria rejeitar completamente a noção de significado – uma posição que é obviamente insustentável. O argumento que estabelece essa concepção é simples. Se as expressões podem ter significados de todo em todo, então certamente tem de haver, em princípio, respostas verdadeiras à pergunta *O que essa ou aquela expressão significa?* Mas se há respostas verdadeiras a essas perguntas, então podemos identificar as expressões sinônimas com aquelas cujas respostas a essas perguntas são as mesmas. Eis o que Grice e Strawson dizem num contexto de algum modo mais amplo.

Dizer que duas expressões, x e y, são cognitivamente sinônimas parece corresponder, em alguma medida, aproximadamente àquilo que comumente exprimiríamos ao dizer que x e y têm o mesmo significado ou que x significa o mesmo que y. Se Quine for consistente com sua adesão à tese extrema [a interpretação forte], então parece que tem de sustentar não apenas que a distinção que supomos ser distinta pelo uso dos termos “analítico” e “sintético” não existe, mas também que a distinção que supomos ser distinta pelo uso das expressões “significa o mesmo que”, “não significa o mesmo que” também não existe. Pelo menos ele tem de sustentar isso na medida em que a noção de *significa o mesmo que*, em sua aplicação a expressões predicativas, supostamente difere e vão além da noção de *ser verdadeiro para os mesmos objetos*. [...] Contudo, a negação de que a distinção (tomada como diferente da distinção entre o coextensional e o não-coextensional) realmente exista é extremamente paradoxal. [...] Mas o paradoxo é mais violento que isso. Pois frequentemente falamos da presença ou falta das relações de sinonímia entre tipos de expressões – por exemplo, conjunções, partículas de muitos tipos, frases completas – em que não parece haver qualquer substituto óbvio para a noção comum de sinonímia no modo em que se diz que a coextensionalidade é um substituto para a sinonímia de predicados. **Toda essa conversa é destituída de**

**significado? Toda essa conversa de *tradução* correta ou incorreta de frases de uma linguagem em frases de outra é destituída de significado? É difícil acreditar que seja. Mas se nos esforçamos com êxito para acreditar nisso, temos ainda abdições mais difíceis diante de nós. Se falar de sinonímia frásica é destituído de significado, então parece que falar de frases tendo um significado de todo tem também de ser destituído de significado. Pois se faz sentido falar de uma frase tendo um significado, ou significando algo, então presumivelmente faria sentido perguntar “O que isso significa” e se faz sentido perguntar “O que isso significa” para uma frase, então a sinonímia frásica poderia ser aproximadamente definida como se segue: Duas frases são sinônimas se, e somente se, qualquer resposta verdadeira à pergunta “O que isso significa?” feita a uma delas, for uma resposta verdadeira à mesma pergunta feita a outra.<sup>87</sup>**

O argumento aqui é poderoso: podemos abandonar a sinonímia apenas se estivermos dispostos a abandonar inteiramente o significado e a tradução. Além do mais, Quine parece ter sentido seu poder, uma vez que quatro anos após essa crítica ter aparecido, ele publicou *Palavra e Objeto*, onde ele defende – de maneira um tanto ambígua – o abandono do significado e da tradução inteiramente. Temos de esperar até o volume 2 para explicar essa escolha desastrosa.

---

<sup>87</sup> Grice e Strawson, “In Defense of a Dogma”, pp. 60-62, em *Analyticity*, minha ênfase.